

BOLETIM GATE

Grupo de Acompanhamento de Temas Estratégicos do Instituto Lula



Autor: Grupo Ecoarte

BRASIL PERDE “CÉREBROS”: QUE FALTA FAZ UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O PAÍS!

Um dos maiores legados dos governos Lula e Dilma foi a expansão na oferta de educação superior no Brasil. O índice que mede o número de formados na faculdade em relação ao número de jovens entre 18 e 22 anos no país mostra bem isso. Pegando os dados do primeiro ano de cada governo, em 1995 (FHC), 13% dos jovens nessa idade se forma-

ram no ensino superior. Em 2003 (primeiro ano de Lula), eram 22% e no início do governo Dilma a taxa já havia subido para 36%. O número segue subindo com Dilma, eram 39% em 2014 e 40% em 2016. Desde a saída de Dilma há estagnação do indicador (Oliveira, 2019). Outro indicador importante é a matrícula na educação superior, que mais que dobrou no período, saindo de 3,4

milhões, em 2002, para 7,8 milhões, em 2014. A pós-graduação também experimentou elevado crescimento: por exemplo, a Capes-MEC quadruplicou a oferta de bolsas de estudo para a pós-graduação, de 23,4 mil, em 2002, para 105,9 mil, em 2014. Além da expansão em termos agregados, iniciou-se a inclusão de grupos historicamente excluídos como negros e indígenas.

MÃO DE OBRA QUALIFICADA E DESPERDIÇADA

No entanto, corremos o risco de jogar fora o potencial que essa mão de obra qualificada poderia trazer ao país além de causar desalento e desesperança em grande parte da população trabalhadora. O Brasil se vê nos últimos anos diante de governos cuja marca são a despreocupação social, além de persistente baixo crescimento econômico, desfinanciamento às políticas públicas

de educação, ciência e tecnologia, além da contínua perda de importância da indústria, re-primarização da economia e das mudanças dos paradigmas tecnológicos.

Essa desestruturação recai com maior peso sobre a população negra. Segundo dados levantados a partir da PNAD Contínua, o percentual de trabalhadores com ensino superior ocupados em cargos

de nível médio ou fundamental aumentou para todos os grupos entre 2015 e 2020, porém cresceram mais na população negra. Enquanto aproximadamente 3 a cada 10 brancos com ensino superior trabalham em cargos de nível médio e fundamental, na população negra essa proporção aumenta para aproximadamente 4 a cada 10 negros.

CAUSAS DO PROCESSO E TENDÊNCIAS FUTURAS

A perda de talentos tem sido assunto frequente na mídia, que noticia tanto a saída de brasileiros qualificados do país, quanto a subutilização de profissionais com diploma de educação superior (e até mesmo doutorado) que acabam, por falta de opção, por encontrar ocupações que não utilizam a qualificação para a qual estudaram.

Com a crise no mercado de trabalho (que se estende desde 2015, mas agravada pela pandemia de Covid-19), pelo longo processo de desindustrialização do país e re-especialização no setor agroexportador, bem como pela redução do financiamento para a pesquisa e ensino no país, o Brasil tem reeditado o fenômeno de uma “fuga de cérebros” –para outros setores e para fora do país. Esses cortes, além de resultar em redução do sistema de ciência e tecnologia, devem levar à maior elitização dos alunos da pós-graduação, privilegiando aqueles que têm condições financeiras de bancar seus custos de manutenção, pois as instituições exigem dedicação exclusiva. Além disso, os brasileiros que buscaram a pós-graduação como projeto de qualificação e trabalho, influenciados pela expansão da educação superior e da pós-graduação, no período dos governos do PT, terão grande frustração para seguir no sistema.

Na economia, no período pós-golpe, a radicalização das políticas

neoliberais de austeridade fiscal, a desestruturação do aparato institucional e reformas para redução do Estado social e privatizações, apenas trouxeram como resultado um pífio crescimento, além do aprofundamento da desindustrialização, desestruturação da construção civil pesada e dependência do agronegócio, entre outros problemas. A consequência social dessas opções foi uma piora no mercado de trabalho, com o nível da ocupação, em todas as qualificações, se reduzindo e a desocupação quase dobrando de valor, sendo que o emprego com carteira de trabalho foi o mais penalizado com a perda de milhões de postos, principalmente no setor industrial e da construção civil. A subutilização se elevou intensamente e chegou a quase ¼ da força de trabalho e a informalidade que vinha se reduzindo volta a aumentar, invertendo a tendência.

O processo de desindustrialização, em curso no país, tem efeito perverso no mercado de trabalho e, também, para o sistema de ciência e tecnologia, pois a indústria paga melhores salários que os demais setores, em melhores condições de proteção social, demandam força de trabalho mais qualificada, além do que as tecnologias que maneja demandam serviços de alto valor agregado, pesquisa e desenvolvimento, logística, entre outros, e

tem papel estratégico em dinamizar os demais setores produtivos.

A pandemia da Covid-19 também vai afetar a dinâmica do mercado de trabalho, com consequências repentinas e, também de mais longo prazo, que vão desde as dispensas e perdas de empregos para quantidade expressivas de trabalhadores, até a readaptação para trabalho remoto e mudanças nas demandas por trabalho. A McKinsey (2021), em estudo sobre o futuro do trabalho após a Covid-19, e considerando oito países (China, França, Alemanha, Índia, Japão, Espanha, Reino Unido e os Estados Unidos), prevê que os trabalhos com maior proximidade física são provavelmente os mais afetados. O trabalho remoto e as reuniões virtuais provavelmente continuarão, embora com menos intensidade do que no pico da pandemia. Estima-se que quase todo o crescimento da demanda de trabalho ocorrerá em empregos de alta remuneração, com isso a escala e a natureza das transições da força de trabalho exigidas nos próximos anos serão desafiadoras.

AME-O OU DEIXE-O? A SAÍDA DE BRASILEIROS QUALIFICADOS DO PAÍS

No caso de brasileiros com qualificação que optam por sair do país, o Brasil realiza uma espécie de subsídio aos países ricos (de destino), pois a formação de um profissional qualificado no Brasil, mesmo que no setor privado, é feita a partir de subsídios públicos. Essa situação ocorre no país justamente no momento em que tentava-se alterar o baixo e modesto fluxo de entrada e saída de pesquisadores em comparação com outros países, ampliando

seu sistema de ensino e pesquisa e pós-graduação, dando condições favoráveis para se fazer pesquisa e ciência avançada, que são condições importantes para atrair e fixar pesquisadores e cientistas no país. Fapesp (2019) citando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e seu relatório Science Technology and Industry Scoreboard, publicado em 2017, menciona que em anos recentes o Brasil manteve um fluxo equi-

librado de cientistas com outros países, chegando a se mostrar um polo de atração de talentos.

Quanto a declarações de saída definitiva do país, entregues à Receita Federal, em 2014 foram 12.520 declarações, em 2015, 14.920, em 2016, 21.040, em 2017, 22.943 e em 2018, 23.149. Só de janeiro a novembro de 2019, foram entregues 22.549 declarações à Receita Federal. O site da Receita Federal não tem uma atualização desses dados.

A PERDA DE POTENCIAL NA PÓS-GRADUAÇÃO

Para os brasileiros que investiram ou querem investir em pós-graduação, influenciados pelo otimismo dos anos 2000, de expansão da educação superior e da pós-graduação, a frustração é grande, ao ver que os valores destinados à educação superior, de forma geral, só têm caído nos últimos anos, bem como o orça-

mento destinado ao CNPq e à Capes e a quantidade de bolsas concedidas, como demonstram os gráficos. Grande parte dos recursos agora está na dependência do cumprimento das metas fiscais e orçamentos suplementares ao longo do ano ou, então, na dependência da liberação de emendas parlamentares. Essa situa-

ção tem afetado uma série de pesquisas que estavam em andamento e se perdurarem as restrições podem representar o desmonte do sistema de ciência e tecnologia, que o país vinha se esforçando para estruturar ao longo de décadas.

PROPOSTAS

O país precisa pensar nas consequências presentes e futuras desse movimento de perda de potencial, em termos de realizar um desenvolvimento para o país de boa qualidade. Para nos contrapormos a esta tendência, há algumas saídas:

1. Substituir a EC 95: É preciso desfazer o gargalo de financiamento que ela impõe para a expansão do investimento em educação e ciência.
2. Ampliar o investimento na educação (nível médio, técnico e superior) articulado às potencialidades econômicas regionais e à estrutura de emprego local.
3. Reconstituir a infraestrutura para pesquisa e a quantidade/valor de bolsas de pesquisa para graduação e pós-graduação.
4. Gerar tecnologia com vistas a reduzir gargalos sociais no país, como saneamento básico, saúde e mobilidade urbana.

5. Articular investimentos e políticas públicas da indústria 4.0, principalmente nos setores de bens de capital e nanotecnologia.

6. Reorientar os laboratórios públicos de forma a desempenhar um papel decisivo na política tecnológica e de inovação.

7. Promover o crescimento da renda das famílias de forma consistente e ampliar programas de assistência estudantil para garantir que jovens invistam em sua formação.

8. Criar ambientes que promovam a inovação, como parques tecnológicos e incubadoras; e apoio à criação de startups e spin off provenientes das Universidades.

9. Utilizar as empresas estatais ou com participação estatal majoritária para financiamento de novas empresas (startups) em setores com maior intensidade tecnológica.

10. Criar instrumentos para que as grandes empresas – públicas e privadas – financiem projetos de inovação via universidades ou institutos de pesquisa (uso de royalties, instrumentos fiscais etc.).

11. Estimular o processo de internacionalização de empresas nacionais cruciais para promover ganhos de competitividade.

12. Criar fundos públicos de capital semente e/ou expandir os fundos já existentes na Finep e no BNDES, que tem espaço para ampliar o volume de recursos.

13. Fortalecer a abrangência e a atuação de instituições públicas de tecnologia no segmento da saúde (Fiocruz), agroindústria (Embrapa), energia (Cenpes e Cepel) e alta tecnologia (Embrapii).

Referências:

CGEE (2020) Estudo de Mestres e Doutores
<https://mestresdoutores2019.cgee.org.br/web/guest/-/crescimento-titulos-1>

Oliveira, A. L. M. (2019) Educação superior brasileira no início do século XXI : inclusão interrompida?

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/334186>

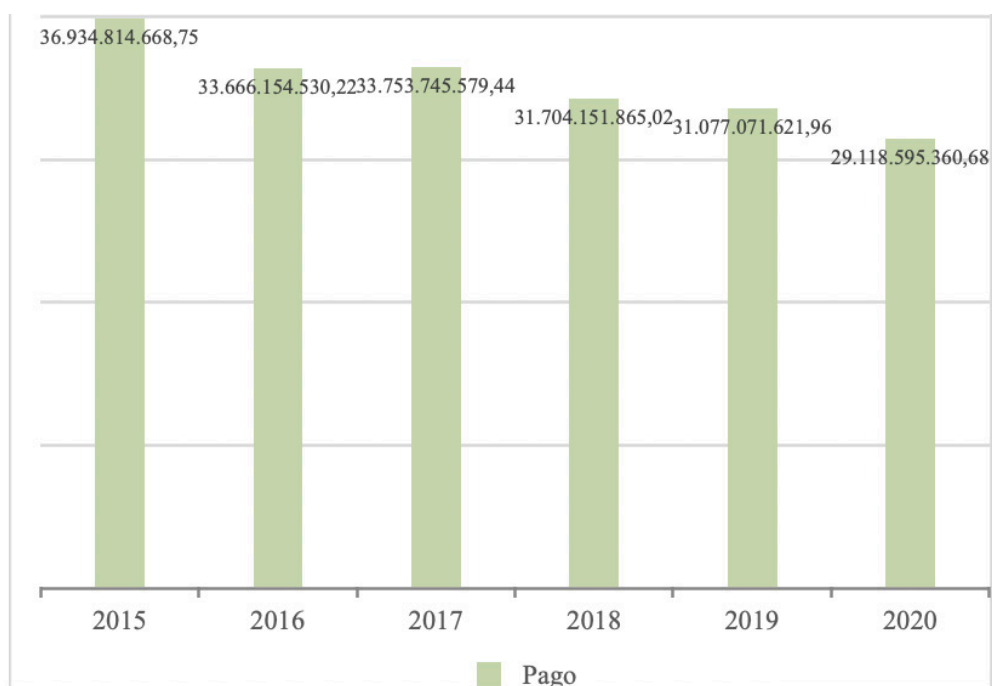
McKinsey Global Institute (2021)

The future of work after COVID-19.

<https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-work/the-future-of-work-after-covid-19>

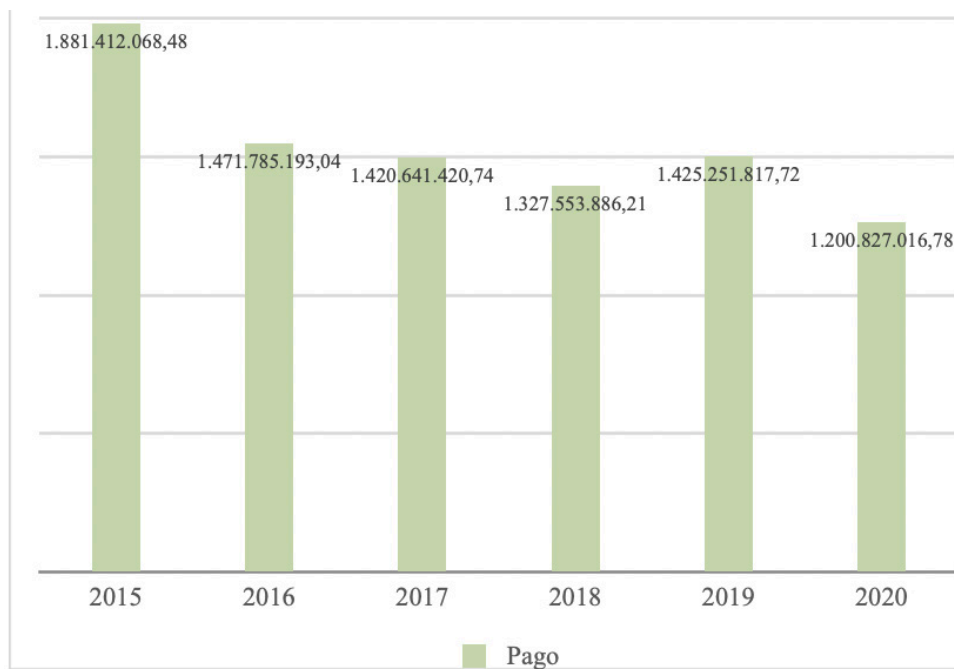
GRÁFICOS

Orçamento destinado à Função Educação Superior (2015 - 2020)



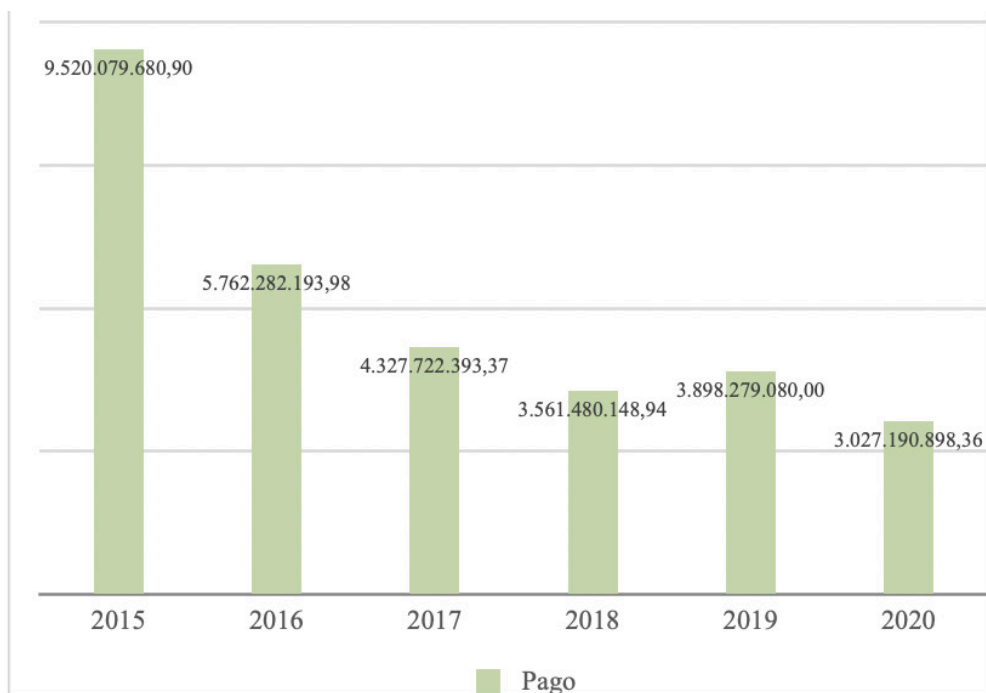
Fonte: SIOF e Banco Central

Nota: Valores de 2015 a 2019 corrigidos pelo IPCA para 2020

Orçamento destinado ao CNPq (2015 - 2020)

Fonte: SIOF (Unidade Orçamentária: 24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Banco Central

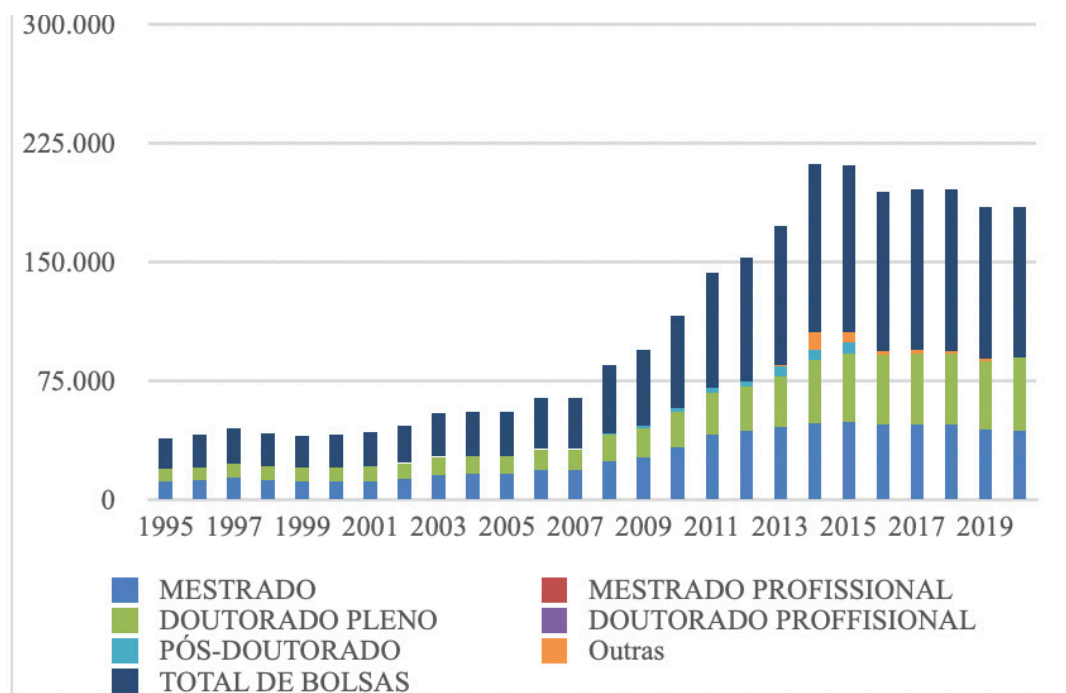
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA

Orçamento destinado à Capes (2015 - 2020)

Fonte: SIOF (Unidade Orçamentária: 26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Banco Central

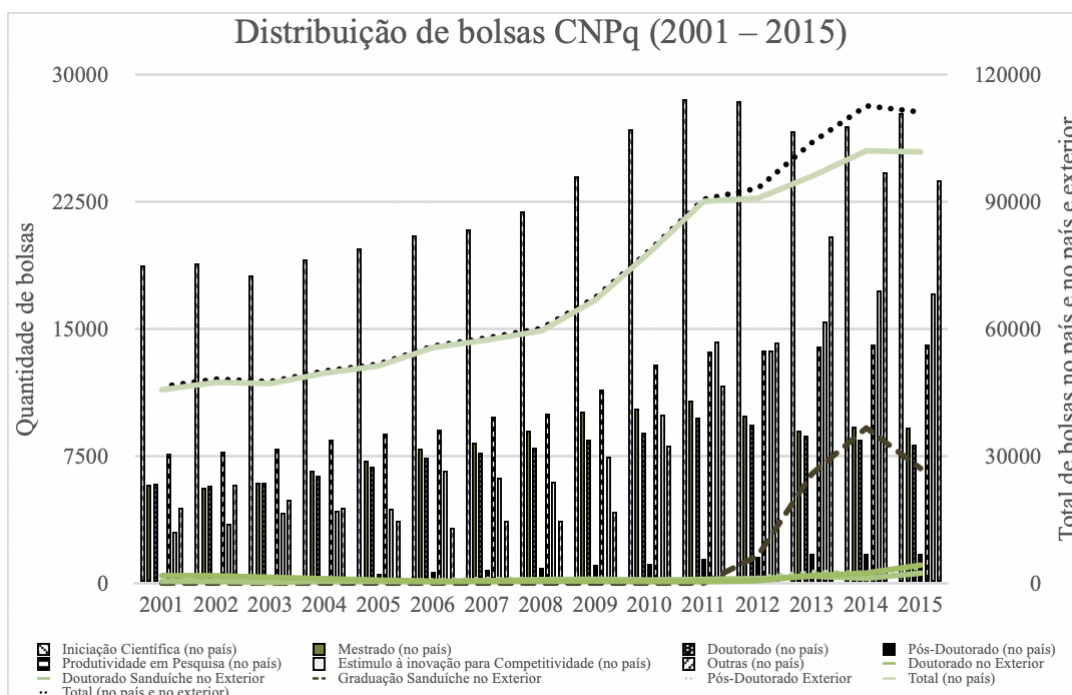
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA

Distribuição de bolsas de pós-graduação-ano e modalidades



Fonte: Geocapes

Distribuição de bolsas de pós-graduação-ano e modalidades



Fonte: Oliveira (2019)

Assinam este boletim:

Ana Luiza Matos de Oliveira: economista, Doutora em Desenvolvimento Econômico / Unicamp; Professora da Flacso/Brasil

Ana Paula Guidolin: economista, mestranda em Teoria Econômica / Unicamp

Jorge Abrahão de Castro: estatístico, Doutor em Economia/Unicamp, ex-diretor do IPEA)